



ATA Nº 3/2016

Aos 25 dias de abril do ano 2016, pelas 11.00 horas, reuniu, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal na sua sala de reuniões, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Único: Comemoração do 25 de Abril

A Sessão foi presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Guy Alberto Correia da Costa Viseu e secretariada por José Manuel Carmo da Silva e António Manuel Pinto de Oliveira.

O Presidente da Assembleia Municipal deu início à sessão evocativa do Vinte e Cinco de Abril, dando a palavra aos representantes dos diversos grupos políticos com assento neste órgão municipal. Não esteve presente o representante do Bloco de Esquerda, Sr. Elísio Manuel Ribeiro Pereira da Silva.

Ana Rezende (CDU): "O 25 de Abril faz hoje 42 anos e com ele celebramos igualmente os 40 anos da Constituição. Celebramos o Movimento das Forças Armadas e a longa resistência do povo português que, de mãos dadas, derrubaram o regime fascista. Celebramos a liberdade e os direitos fundamentais. Celebramos a independência nacional, a democracia e o Estado de Direito. Contudo, hoje não podemos celebrar um país mais justo e mais fraterno. As condições que Abril criou, para termos um Estado rico, capaz de poder promover um acelerado desenvolvimento económico através da nacionalização dos sectores-chaves da economia que permitiriam a produção de riqueza coletiva ao serviço de toda a população foram, nos últimos 40 anos, sendo banidas por sucessivas políticas de direita que, com o anterior governo PSD/CDS, conheceu a sua máxima expressão. O capitalismo financeiro, de que o anterior governo foi o seu mais fervoroso defensor, destruiu todo o sector público produtivo, substituindo a economia real por uma economia especulativa que desvaloriza o trabalho como único fator capaz de produzir riqueza real. As políticas de precarização de emprego, de baixa de salários e de salários baixos, de cortes nas pensões, na saúde, na educação, na justiça e na segurança social, sustentadas no falso argumento de que o Estado é despesista levaram ao empobrecimento galopante do povo português, privando-o da sua riqueza para a afetar a meia dúzia de banqueiros que jogam o futuro da nação nas suas atividades especulativas na mira do seu próprio lucro. 40 anos depois, os números da pobreza assim o confirmam: - 2,5 milhões de portugueses, ¼ da população, vivem abaixo do limiar da pobreza; - 3,7 milhões de portugueses, mais de 1/3 da população, vivem com menos de 421,00€ por mês; - 550 mil portugueses, mais de ½ milhão, são analfabetos – a taxa mais elevada de toda a Europa, sendo ainda que 40% dos analfabetos são população ativa, ou seja com menos de 65 anos de idade; - O salário mínimo nacional decresceu 50,00€, por referência a 1975 hoje o mesmo deveria se cifrar acima dos 620,00€; - 135 mil portugueses estão emigrados; - 604 mil portugueses, 12% da população ativa, estão desempregados; - As ajudas à banca fizeram subir em mais de 20% a dívida pública. Em contraposição, mais de 32 mil milhões de euros da riqueza nacional, cerca

de 20% do PIB, encontra-se nas mãos de um pequeno grupo de 100 famílias, que viram as suas fortunas aumentar em 146%; É assim inegável que a repartição da riqueza agravou-se, com particular ênfase para os últimos 4 anos, pelas políticas levadas a cabo pelo anterior governo PSD/CDS. De tal sorte que, em 2015 o fosso entre os mais ricos e os mais pobres em Portugal atinge níveis piores do que se verificavam, PASME-SE! Em 1973. Hoje, apenas 1% da população portuguesa detém ¼ da riqueza nacional. Por tudo isto, não podemos celebrar um Portugal mais justo e mais fraterno. A liberdade que Abril nos deu não se confina à liberdade de pensamento, de expressão, de reunião, de criação de partidos políticos e de realização do sufrágio universal livre, direto e secreto. A institucionalização do poder civil, assente na Constituição de 1976 – internacionalmente considerada como uma das mais generosas do mundo – estabeleceu os princípios, os direitos e deveres fundamentais, a organização económica, a organização do poder político e do poder local, lançando assim o ponto de partida para a construção de uma sociedade mais justa e mais fraterna. Contudo, a direita tudo fez para frustrar tal desiderato, levando a cabo políticas em franca violação daquela que é a nossa Lei Fundamental. A alienação a privados das empresas que podiam ser o sustentáculo económico do País, a entrega de milhões e milhões em subsídios à banca e aos grandes empresários, aliadas ao propositado enfraquecimento dos sectores das pescas e da agricultura e a destruição do tecido industrial – de que a indústria do calçado é dos exemplos mais gritantes – expuseram Portugal ao saque internacional e à mercê do capitalismo financeiro, corporizado pela troika. Por via de tais políticas de empobrecimento do país em benefício de grandes grupos económicos nas mãos de meia dúzia de amigos, instalou-se um clima generalizado de irresponsabilidade e de impunidade, de corrupção galopante, de especulação financeira, de compadrio e de grandes negócios nebulosos e injustificados, como sejam os das offshore para onde se escoam os milhões de lucros não tributados. Enquanto isto, o povo paga a eletricidade, os combustíveis, os transportes, os empréstimos da compra da casa a preços proibitivos e ruinosos. E, o Estado depauperado torna-se incapaz de levar a cabo aquelas que são as suas tarefas fundamentais – Saúde, Educação e Justiça. Fecharam-se hospitais, escolas, tribunais e outros serviços públicos essenciais à população. Reduziu-se o poder local, anularam-se direitos adquiridos — no que os cortes nas pensões e nas reformas são dos exemplos mais vergonhosos – tudo sob o falso argumento de que os direitos constitucionalmente garantidos ao povo é que foram a causa da crise. Estrangularam-se as pequenas e médias empresas, muitas votadas à insolvência e o desemprego descontrolado cresceu. Perdeu-se qualidade de vida, temos: pior saúde, pior justiça, pior assistência social, pior educação, piores rendimentos, pior segurança no emprego, pior alimentação. Pese embora o quadro de fantasia e de grande expansão que o anterior Governo Coelho / Portas nos quis pintar em vésperas do último ato eleitoral, esta é a realidade do país, que nos deixaram. O recurso à conhecida "Troika", com o argumento que nos vinha ajudar e prestar assistência foi e continua a ser um embuste! O empréstimo financeiro, a custos de perfeita agiotagem, impuseram-nos uma vergonhosa submissão e sacrifícios desumanos, com forte perda de independência e soberania nacionais. À "Troika" e aos



interesses que ela representa apenas interessa garantir o lucro do seu empréstimo, assegurando que este, as comissões e os juros elevados lhes são pagos e o investimento não corre riscos. Para tal impõem, pressionam, ameaçam e escravizam o povo português. Falar em liberdade e em democracia quando, constantemente, somos coagidos pela ameaça de sermos lixo por parte das empresas de rating e voltarem a invadir-nos a casa, é pura retórica. Esta é de resto a mensagem de medo veiculada pelas TVs, Rádios e Jornais que pertencem a privados ligados aos grandes grupos económico-financeiros e, portanto são o veículo dos grandes interesses económicos — que só divulgam, usam e abusam dos comentadores, especialistas em tudo e em nada, vulgo politólogos que dizem todos a mesma coisa, defendendo o ponto de vista dos interesses que servem. A desinformação é total e propositada, pois não se conhecem comentadores regulares da área da CDU, não se noticia as atividades e iniciativas dos eleitos da CDU, designadamente dos seus grupos parlamentares. Não há informação isenta e verdadeiramente plural - Não vá o povo de estômago vazio pôr-se a pensar. Os conteúdos da programação são medíocres, formatando mentalidades para as tornar numa massa amorfa, mole e acrítica, incapaz de questionar o que quer que seja, fazendo o povo acreditar que tem que continuar a aceitar os sacrifícios para sairmos da crise, enquanto uma minoria continua a enriquecer. Apesar deste estado caótico a que chegamos, a nossa fragilizada democracia deu recentemente mostras de que é possível termos um Portugal de Abril. Um Portugal mais humano, mais fraterno e mais justo. Se é certo que a Democracia não se esgota na contagem dos votos, não menos certo é que estes constituem uma maioria de esquerda. Um sinal de que o povo não aceita mais o sacrifício da maioria, para o gozo e privilégio de uma minoria. Sinal de que é possível uma política alternativa e mais adequada à defesa da maioria dos portugueses, tal como a CDU sempre o defendeu e defende através da construção e manutenção de um sector empresarial do estado forte, onde a nacionalização das empresas mais rentáveis: bancos, seguros, combustíveis, eletricidade, cimenteiras, celuloses, tabacos, transportes, etc. — permita uma política de baixos preços ao consumidor e de impostos mais baixos, porque os lucros dessas empresas são, através do Estado, colocados ao serviço da população. Não é a primeira vez que Portugal e outros países se endividam e ficam sob a pressão dos credores, mas tal circunstância não pode nem deve significar capitulação. É possível, tal como a CDU tem defendido, renegociar a dívida para que o futuro do país não fique comprometido. A CDU sempre exerceu e vai continuar a exercer uma oposição séria e responsável, defendendo políticas diferentes, em prol de toda a população, tal como a Revolução o propôs e a Constituição o consagrou. As propostas da CDU possibilitam a correção de muitas das más políticas que nos vêm condenando à miséria e ao desespero. Tais propostas assentes na força e na valorização do trabalho permitem a construção de uma Democracia avançada, sustentada num real desenvolvimento económico com vista a uma maior e melhor distribuição de riqueza e a uma diminuição do fosso e das desigualdades sociais. Lutar contra a exploração do homem pelo homem é ainda um dos desígnios de Abril que está por cumprir e que a CDU continuará a fazer tudo para o concretizar. Viva o 25 de Abril!”

Ângelo Cardoso (PS): Nasci após a revolução e apesar de ter vivido sempre em liberdade, em democracia e de nunca ter enfrentado uma ditadura ou uma guerra colonial, sei reconhecer este dia como o dia que abriu caminho ao desenvolvimento e à construção de uma sociedade mais justa e solidária. Este ano comemoramos o 42º aniversário da revolução dos cravos. Poderia eventualmente fazer um discurso em que abordasse mais os temas políticos da atualidade, mas em memória de todos aqueles que lutaram para que eu possa estar aqui hoje a discursar, opto por lembrar mais uma vez a luta contra o regime autoritário, que governava em ditadura e que fazia uso de todos os meios ao seu alcance para reprimir as tentativas de transição para um estado de direito democrático. Relembro, a pobreza, a fome e a falta de oportunidades para todos aqueles que aspiravam a um futuro melhor, resultado do isolamento a que o país estava votado há décadas. Relembro o fluxo de emigração que agravava, cada vez mais, as fracas condições da economia nacional na época. Relembro a gota de água que despoletou a ação revolucionária dos militares democráticos que, durante tantos anos tinham apoiado e ajudado a manter o regime, a guerra colonial em África. Lembrar é evitar o branqueamento de um regime que cortava a liberdade às pessoas, onde não havia notícias de nada, onde só se publicava o que estado deixava, sendo assim fácil controlar os ignorantes. Por vezes isto parece-me tão atual... Lembrar é não deixar esquecer aqueles que dividiam uma sardinha por sete e emigravam para não passar fome. Lembrar é não deixar esquecer aqueles que viram os filhos morrer em África. Lembrar é não deixar esquecer aqueles que lutaram com risco pela própria vida contra a ditadura. O 25 de Abril de 1974 ficará, para sempre, na história como o dia em que Portugal deu os seus primeiros passos em direção à democracia. Foi na busca deste desígnio - "Democracia" - que Portugal tem vindo a sofrer as mais variadas e relevantes mudanças sociais, culturais, políticas e económicas nos últimos anos. O 25 de Abril permitiu abrir as portas a importantes conquistas no âmbito dos direitos fundamentais. Abriu o debate, a crítica, o confronto de pontos de vista e sensibilidades. Permitiu formar cidadãos mais conscientes, participativos e responsáveis. Mas, o alcançar desta tardia modernidade, trouxe-nos alguns inconvenientes, nomeadamente falta de rigor, transparência, competitividade, competência, traços indiscutíveis para inovar, competir e vencer, conduzindo assim o país rumo a um desenvolvimento sustentável. Deixo-vos aqui resumidamente, algumas palavras de um autarca Socialista, nas quais revejo-me completamente: "Somos o país que ocupa os primeiros lugares da Europa em tudo quanto é atraso, vergonha e desencanto e ocupamos os primeiros lugares do Guinness em singularidades inúteis para não dizer ridículas; somos um país pimba, sem estatuto, já que este, no quadro da globalização é cada vez mais ditado pelo dinheiro ou capital que não temos porque não sabemos fazê-lo; somos um país emigra. Desde os anos 60. Com a particularidade de, passados estes anos todos, e ainda em democracia, não termos sabido criar condições para o regresso dos que partiram nas primeiras levadas. Sinal claro que falhámos. Portugal só será abril com trabalho, entrega, disciplina, rigor, educação. Será abril quando pensarmos a pátria. Só será Abril quando soubermos reconhecer o ardid que está de trás de promessas irrealizáveis que nos fazem e que não são mais que uma ofensa ao ser pensante;



só será Abril quando a palavra Abril voltar a escrever-se com letra grande que o vergonhoso acordo ortográfico da nossa capitulação lhe retirou. Não basta dizer que hoje estamos melhor. É preciso que se diga e interiorizemos que merecíamos estar muito melhor! E isto é que é pensar e sentir Abril (...) Pensar Abril é exigir de quem nos governa e se propõe governar que o faça sempre com verdade e nunca da forma mentirosa e sem ideias claras de estruturação do país como repetidamente se vem fazendo; é pôr fim à tragédia de uma geração que não procria e faz do presente uma amostra do negrume que aí vem; é estruturar medidas que levem ao povoamento do território”, Orlando Alves, Presidente da Câmara Municipal de Montalegre. Numa Europa ainda muito marcada pela crise financeira de 2008, em que o endividamento dos Estados do Euro foi a única resposta para a especulação mundial da alta finança, e em que as bancarrotas da Islândia e do Reino Unido foram combatidas (com sucesso) com a desvalorização da sua moeda, foi dado o mote para se questionar o sistema monetário em que assenta o EURO. A verdade é que os Estados com o EURO substituíram largamente as bancarrotas da maior parte dos bancos pelo dinheiro dos contribuintes europeus, que em vez de contribuírem para o Estado Social, continuavam a alimentar um sistema financeiro débil, deficitário e especulativo. Esta situação tem sido atenuada pela ação do Banco Central Europeu que vendo o risco que a deflação recente poderia afetar a débil economia europeia, decidiu, (contra a vontade de alguns países mais fanáticos pela austeridade e proteção do sistema financeiro pelos contribuintes), comprar milhares de milhões de euros da gigantesca dívida dos Estados e agora também de Empresas europeias para impulsionar o consumo, por forma a combater esse risco. Se juntarmos a esta situação uma europa envelhecida, desindustrializada, com falta de emprego ou mais pobre, ao ressurgimento, cada vez mais fortalecido pelo voto, de movimentos políticos de extrema-direita que com um discurso nacionalista e xenófobo têm cada vez mais uma importância no centro de decisões da maior parte dos países europeus, facilmente concluímos que o espaço de liberdade que Jean Monnet e seus pares pensaram aquando da criação da atual União Europeia está fortemente ameaçado. A questão dos migrantes oriundos do Médio Oriente e de África devido a guerras, tem evidenciado a enorme incapacidade por parte dos responsáveis europeus e mundiais em dar uma resposta eficaz a este flagelo humano, uma vez que estão mais preocupados com as metas do PEC em vez de pensarem no bem-estar das pessoas. A Europa está refém do tráfico humano ou das armas, do terrorismo em nome da religião, dos campos de refugiados sem o mínimo de condições, da falta de solidariedade, das fronteiras fechadas e muradas, da austeridade financeira em nome do sistema financeiro em detrimento dos cidadãos e da islamofobia, apregoada aos sete ventos pela extrema-direita xenófoba cada vez mais poderosa. Urge mudarmos este estado de coisas sob pena de termos a União Europeia altamente comprometida. É urgente existir um novo 25 de Abril nesta europa, outrora um espaço da liberdade, multiétnica ou multirreligiosa, do conhecimento, do pleno emprego, do diálogo intergeracional ou da coesão social. A estabilidade do sistema financeiro não pode ser obtida pelo empobrecimento dos cidadãos, das empresas e dos estados sociais vigentes na União Europeia. A alta finança deve resolver os seus próprios

problemas e adaptar-se à realidade do seu próprio emagrecimento, coisa que ainda não se verifica, uma vez que não há coragem para assumir que as maçãs podres não devem continuar a existir no sistema bancário europeu. A atual política europeia deve ser invertida, uma vez que não é possível termos coesão social sem pensarmos nos cidadãos. Para terminar, deixem-me salientar, que este ano o 25 de Abril é histórico. Após 42 anos, foi possível, pela primeira vez um acordo de cooperação e governação, com todos os partidos de esquerda na Assembleia da República, situação esta que embora não seja a minha primeira preferência, já é um sinal que estamos a evoluir politicamente. Desejo sinceramente que em Espinho, nas próximas autárquicas, sejamos suficientemente maduros, para estabelecermos acordos idênticos, que permitam governar a cidade de uma forma séria, transparente e cuja preocupação seja somente uma: os Espinhenses. Já fui politicamente muito ativo, já estive completamente ausente, atualmente só tenho em mente algumas palavras de uma pessoa que admiro imenso: o Papa Francisco: "Os cristãos não podem «fazer de Pilatos, lavar as mãos»: Devemos implicar-nos na política, porque a política é uma das formas mais elevadas da caridade, visto que procura o bem comum. A política é demasiado suja, mas é suja porque os cristãos não se implicaram com o espírito evangélico." A Política precisa destes novos valores e novas atitudes, desígnio só possível de alcançar com uma participação ativa dos cidadãos. Os tempos de hoje não se compadecem com burocracias pesadas que consomem tempo e energias e desperdiçam recursos a todos os níveis, sobretudo os financeiros. Tem de haver sentido de solidariedade nacional e não de imposição cega de medidas que não olhem para a realidade como é o caso do desemprego. O desemprego não é um valor meramente estatístico, é composto por pessoas, famílias, gente que tem deveres, mas também direitos, direito à Educação, direito à Saúde, direito à Justiça, direito à Solidariedade Social. Não abdicó de continuar a lutar pela igualdade, contra a pobreza, pelo emprego, pelos valores e fundamentalmente pela justiça. Viva o 25 de Abril. Viva a democracia. Viva Espinho. Viva Portugal."

Bernardo Lacerda (PSD): "Em 25 de Abril e 1974 eu não era nascido, nem tao pouco estaria perto de nascer. Todavia, com a disciplina e o rigor histórico que me ensinaram, logo consegui perceber que fui um privilegiado por ter nascido em 1990. Valores como a igualdade, a fraternidade e a liberdade, bem cedo deixaram de ser meros vocábulos soltos, e logo passaram a fazer sentido, associando-os a esse momento capital da nossa história contemporânea. Estes foram os valores pelos quais o povo português lutou, estes são os valores que nos norteiam enquanto sociedade, e estes são os valores que nos devem sempre nortear em prol de uma sociedade mais justa, mais equilibrada e sobretudo mais democrática. Ter nascido numa sociedade que consagra os direitos das mulheres de forma igual aos direitos dos homens; ter nascido numa sociedade onde o direito de voto deixou de ser instrumentalizado; ter nascido numa sociedade onde a liberdade de expressão passou a ser a regra e não a exceção; é, portanto, com satisfação que digo, que as gerações que nasceram no pós 25 de Abril são de facto gerações privilegiadas. Mas será que de há uns anos a esta parte alguns destes valores



pelos quais tanto lutamos não foram sendo descurados? Vejamos. Em 2011, Trinta e Sete anos após o 25 de Abril - o que vimos? Vimos um povo prejudicado pelas opções inconscientes de um governo. Vimos a chegada de uma organização, o FMI, que tanto atemorizou os Portugueses e que é hoje, por todos, sobejamente conhecida. Por toda a parte, vimos o campear da corrupção, vimos os negócios do poder, vimos o nepotismo, vimos as inutilidades públicas que custaram milhões de euros ao País e que para o País não serviram de nada. O que estava a acontecer não podia continuar, sob pena de comprometermos o futuro coletivo de uma nação livre e democrática. A situação financeira era dramática. A dívida publica total do Estado cresceu mais do que nas três décadas anteriores, ou seja, de 1975 a 2005 (40 pontos percentuais do PIB). A própria dívida externa total, aquilo que Portugal deve ao estrangeiro, que nós todos devemos ao estrangeiro, atingiu números incalculáveis. Foi a ruína, a proximidade à bancarrota, o caminhar para um mundo onde a nossa liberdade de atuação ficou deveras condicionada. As manobras contabilísticas, as engenharias financeiras foram camuflando as PPs, os calotes a fornecedores, o esvaziamento das reservas de segurança do estado que quase deixou o país sem capacidade de pagar salários e pensões, ao que acresceu o caos em que as políticas daquele governo deixaram o sistema bancário. Será que era este o destino pelo qual tanto lutamos em prol de uma sociedade mais justa, mais equilibrada e com capacidade de se governar, sem estar sujeita a pressões externas totalmente alheias aos reais interesses dos portugueses? 2015, Quarenta e Um anos após o 25 de Abril - o que vimos? Em 2015 chegou a fim o mandato de um governo que recebeu um indesejável legado e que se encontrou bloqueado pelas exigências impostas pela União Europeia e pelo FMI. À teimosia aliou a determinação com que cumpriu o Memorando de Entendimento, restabelecendo a confiança do exterior no nosso país e na garra que tanto o caracteriza. Vimos nesse período de 2011 a 2015, um Primeiro-ministro com liberdade de atuação limitada e que, com a força de não querer falhar, levou mais longe do que lhe era imposto, a imagem de determinação e persistência que ficou associada a esta fase de austeridade, mas que fez o que fez para defender os interesses dos portugueses, ainda que isso compromettesse a sua reeleição. Vimos um programa de Governo, que não fora sequer, negociado pelo Primeiro-ministro, a não ser em pequenos detalhes, inundado de defeitos, mas que teve de ser cumprido, a fim de garantir o encerramento do processo de resgate sem necessidade de solicitar mais financiamento à "Troika"! Vimos uma teimosia, que lhe valeu várias críticas, mas que hoje, ao olharmos para o que se passou na Grécia, só podemos estar aliviados. Nenhum programa de ajustamento pode ter sucesso se os Governos não os tomarem como seus, e isso esse Governo soube fazer, mesmo sacrificando muitas outras coisas, que também devia ter feito. Se o fez da melhor forma? Aceita-se que se diga que não. Mas, não se pode negar que cumpriu escrupulosamente a sua principal missão para a qual tinha mandato claro, a de encerrar o período do resgate. Não me recordo de, há quatro anos, alguém pensar sequer que isso era possível. Vimos um Primeiro-ministro que recusou o pedido de demissão de um dos seus ministros que sustentavam a coligação. Foram as horas mais perigosas da legislatura, aquelas em que tudo podia ruir,

aquelas em que um segundo resgate tornava-se inevitável, e que todos julgaram que não lhe restava outra alternativa senão a demissão do cargo de Primeiro-ministro. Quando resistiu ao que parecia inevitável surpreendeu tudo e todos, e mostrou ser diferente dos que, antes dele, saíram a meio dos seus mandatos em momentos de muito menor pressão e exigência. Vimos também um Governo que na Primavera de 2014, recusou o pedido do principal banqueiro do país para que, com a ajuda da Caixa-Geral de Depósitos, salvasse o seu império em ruínas. Ora, num país onde todos os governos deram sempre as mãos aos grandes empresários, e ao então denominado Dono Disto Tudo em particular, onde mimaram os chamados "centros de decisão nacional", protegendo-os e subsidiando-os, esse Governo fez o que devia ter feito: deixou que as regras do mercado funcionassem. Sou capaz de apontar alguns defeitos políticos a esse Governo de coligação, principalmente na forma como comunicava as suas medidas, mas, a verdade é que Portugal necessitou de um Governo que soubesse dizer não. E não se desviasse do caminho à primeira dificuldade. 2016, Quarenta e Dois anos após o 25 de Abril - o que vemos? Vemos sob a capa de um pretense vanguardismo da autodenominada esquerda socialista associada a uma esquerda política, vemos os interesses fracionados dos partidos a imporem-se aos interesses dos Portugueses, desbaratando e paradoxalmente comprometendo os valores que triunfaram em 1974. Vemos um regresso ao passado, com tentativas desenfreadas de querer aliciar os portugueses com "presentes envenenados" para que num futuro próximo, possam sair beneficiados em eleições legislativas. Vemos desrespeito por valores de uma democracia moderna e de uma sociedade economicamente sustentável. Desrespeito pela propriedade de cada um, alia-se o total desincentivo da iniciativa privada, gerando-se uma nova classe burocrática e privilegiada. É isto que está a acontecer e é isto que não pode continuar" Onde estão os valores que me ensinaram? Onde estão os valores porque tanto lutamos desde 1974? Que caminho é este? Dar liberdade as pessoas não se faz prometendo tudo a todos, em todo o tempo. O 25 de Abril trouxe-nos de facto a democracia e a liberdade. Mas democracia faz-se de equilíbrios, de compromissos e não se constrói com receitas milagrosas onde se dá tudo a todos, porque essas mesmas receitas já foram tentadas com os resultados que se sabe, e que em vez de darem liberdade só a afastaram, entregando a nossa soberania e emancipação económica aos nossos credores. Esta é a visão de um jovem que teve a sua emancipação política em 2008, profundamente marcada por todas as dificuldades que os portugueses passaram nos últimos anos. Pelo sofrimento das famílias e dos mais desfavorecidos, pelo desemprego, pelas poucas expectativas que os jovens têm no futuro. Pertencço a uma geração muito marcada por todas estas contrariedades. Mas pertencço a uma geração atenta, que não vai em discursos facilitistas. Esta é aliás uma geração que desconfia de quem anuncia facilidades. Minhas senhoras e meus senhores, o caminho continua a ser muito estreito, aliás, demasiado estreito para experimentalismos. Digo isto com apreensão, mas com a insurgência de quem tem orgulho em ser Português, de quem tem orgulho em ser espinhense, e por isso, lutarei sempre com vontade e determinação para que nunca se



coloquem em causa valores basilares do Portugal livre e democrático. Viva Espinho, Viva Portugal.”

Presidente da Assembleia Municipal:” Comemoramos hoje o 42.º aniversário do 25 de abril. O maior legado do 25 de abril foi o de nos ter devolvido a liberdade e a responsabilidade de construirmos uma democracia pluralista capaz de mobilizar o país para uma maior justiça social, um serviço nacional de saúde ao serviço dos cidadãos, uma justiça célere e equitativa, uma educação e formação ao alcance de todos e conseqüentemente um país mais desenvolvido, mais justo e com maior produção de riqueza. Nestes últimos 42 anos o país passou por diferentes dificuldades e riscos que, aliados à falta de um fio condutor estratégico, o impossibilitou de atingir o desiderato proposto pelo 25 de abril. Para além das dificuldades por todos nós conhecidas não foram os diversos governos capazes de obter acordos de regime sobre planos diretores para áreas mestras de uma verdadeira democracia. Referimo-nos às áreas da saúde, educação e justiça. Sem essa estratégia vertebral fica um país sujeito à influência das ideologias e oportunidades de cada governo perdendo-se, assim, a oportunidade de se construir, em tempo e ordenadamente, um país mais próspero e justo. A globalização, com todos os benefícios e inconvenientes, a galopante inovação tecnológica ao nível dos sistemas de informação e comunicação, a descrédibilização acentuada e generalizada da classe política e dos agentes económicos, a desaceleração da economia na zona euro, a migração massiva para a europa de refugiados em consequência de guerras intermináveis no médio oriente, a insegurança hoje vivida em consequência de atos de terrorismo aleatórios minando a confiança das pessoas nas democracias e na economia e a proliferação a todos os níveis de uma corrupção desenfreada, leva-me a crer que os tempos que se avizinham não serão fáceis e talvez os desafios e os riscos tenham, por efeito dominó, uma complexidade ainda maior do que aquela até agora vivida. O país encontra-se a recuperar lentamente de uma recessão económica e a reduzir a sua taxa de desemprego à custa de enormes e prolongados sacrifícios dos portugueses. É importante sermos capazes de acelerar ou pelo menos manter esta tendência já que não haverá justiça social e bem-estar se não conseguirmos produzir mais riqueza e mais emprego. A tarefa não se apresenta fácil e, no meu entender, não terá sucesso se a legislatura que agora começa e que todos nós, a bem de Portugal, desejamos cumpra o seu ciclo, não for capaz de por em prática reformas que conduzam a: Combater séria e continuamente uma corrupção que prolifera a um ritmo elevado e que mina constantemente a credibilidade da classe política e dos agentes económicos; Restabelecer a confiança entre os cidadãos e a classe política. Cada vez mais assistimos a uma desconfiança dos cidadãos nos seus eleitos, o que lhes recalca as convicções e a confiança no futuro; Desenvolver uma política cooperante mas realista relativamente a esse flagelo que assalta a humanidade e se traduz por centenas de milhares de migrantes em condições de extrema precaridade; Recolocar o poder política ao serviço do bem comum. O poder deverá ser um instrumento da classe política colocado ao serviço do país para implementar reformas e políticas corretas e portadoras das mais legítimas aspirações dos

portugueses; Acautelar um sistema financeiro sólido e transparente ao serviço da economia do país; Garantir estabilidade nas políticas governativas. Os pilares mestres das democracias ocidentais exigem políticas transversais ao longo de mais que uma legislatura em áreas chave para o desenvolvimento de um país. Refiro-me à educação, à justiça e à saúde. Não é possível que para cada governo possamos ter políticas e estratégias diferentes para áreas tão importantes para um estudo de direito. Os custos e as consequências nefastas das alterações sucessivas são suportados pelos contribuintes e pelo país. É urgente que a nossa classe política seja capaz de interpretar a urgência de criar acordos de regime para matérias tão importantes. Já assistimos à obtenção de acordos que pareciam muito mais difíceis de conseguir; Controlo rigoroso da nossa despesa pública que permita reduzir a nossa dívida e reforce a confiança dos investidores estrangeiros. Portugal tem uma reduzida capacidade de investimento pelo que a criação de emprego estará muito ligada à capacidade que teremos em atrair investimento estrangeiro. Este investimento poderá mesmo incrementar a nossa capacidade de exportação tornando ainda mais positiva a nossa balança comercial. É evidente que não tive a pretensão de ser exaustivo e muito menos detentor de toda a verdade, mas julgo que os fatores apontados são já suficientemente críticos para nos mobilizar. Como dissemos no início, a tarefa não é fácil, mas compete a todos nós, políticos, agentes económicos, parceiros sociais e cidadãos lutarmos pelo legado deixado pelo 25 de abril. Os portugueses já deram provas da sua abnegação e patriotismo e não será desta vez que não conseguiremos superar os desafios. Viva Portugal.”

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada esta Sessão Extraordinária.

Para constar e devidos efeitos, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Gestão Administrativa e Financeira, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal,

A Funcionária Municipal,
